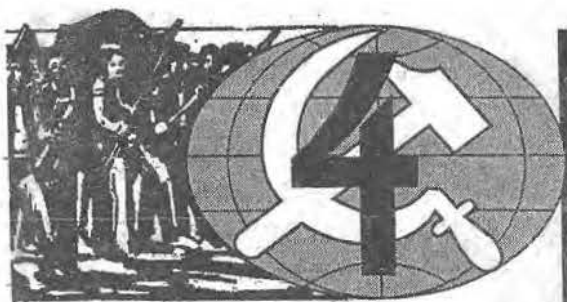




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO - MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL - ANO XIV - Nº 273 - DE 15 A 30 DE DEZEMBRO DE 2003 - R\$ 1,50

O PT expulsou os chamados radicais

Pretende provar mais uma vez à burguesia que está determinado a aplicar a política antinacional e antipopular.

Para 2004, o governo Lula pretende aprofundar a linha neoliberal, atacando os direitos trabalhistas e as universidades. A real independência das organizações sindicais, populares, camponesas e estudantis é incompatível com o apoio ao governo burguês.

A real independência é a luta nacional de massa pelas reivindicações, que se chocam contra o governo do PT/Lula

Balanço do Congresso Nacional da Ubes e de suas etapas estaduais de SP e CE

**Fora o Imperialismo do Iraque e do Oriente Médio
Liberdade Imediata para Saddam Hussein**

Riquíssimo material de análise do levante revolucionário na Bolívia, dos jornais Masas da Bolívia e Argentina

Resgate do PT?

A corrente *O Trabalho* encabeça o movimento denominado Resgate do PT. Ocorre que as frações de esquerda do PT estão em grande dificuldade. Alimentaram a ilusões em um partido de massa eleitoral e reformista, sempre fizeram propaganda em torno da bandeira de *Lula Lá* e caracterizaram o PT como instrumento de luta pelo socialismo.

O Trabalho procurou desenvolver-se no interior do PT fazendo críticas pontuais a posicionamentos e medidas da corrente majoritária Articulação/Democracia Radical. É campeão de manifestos e abaixo-assinados. Mas se manteve preso à estratégia do partido eleitoral-reformista e da tática parlamentar de defesa de reivindicações.

Quando o PT passou à caça às bruxas, que culminou com a expulsão de Causa Operária e Convergência Socialista, não moveu uma palha para condenar a resolução. Pelo contrário, pressionou a CS para que aceitasse as pressões da Articulação, seguindo seu próprio exemplo. Agora, os parlamentares de esquerda que não podem votar a reforma da previdência, que taxa os inativos, estão para ser expulsos. É a continuidade da mesma política que O Trabalho não combateu no passado.

O PT chegou ao poder do Estado e cumpre as leis da história: o reformismo já não tem vigência no capitalismo monopolista e putrefato. Mas, antes de chegar ao cume do Estado burguês, esse partido teve de galgar postos nas instituições e política dos exploradores. Fez prefeitos, vereadores, ganhou governos estaduais, ampliou sua representação parlamentar e estabeleceu alianças com partidos pró-capitalistas.

Gradativamente foi se adaptando ao Estado como oposição consentida e chegou ao ponto mais desejado pela burguesia, que era o de se definir claramente como partido da ordem.

No 1 Congresso de inícios de 90, condenou a revolução, execrou a ditadura do proletariado, confundindo-a com a ditadura burocrática estalinista, apoiou a restauração capitalista na ex-União Soviética e Leste Europeu e pronunciou-se pela defesa do capitalismo. A partir desse momento, a posição majoritária foi conduzindo o PT para o parlamentarismo propositivo e oposição responsável, que quer dizer de sustentação do governo. O PT ofereceu resistência legislativa limitada ao Plano FHC e assumiu a bandeira de estabilidade governamental.

A burocratização da CUT e a implantação da política social-democrata do sindicalismo estatizante europeu ganhou corpo. Bandeiras como unificação dos movimentos, campanhas salariais de luta, greve geral, ocupar e produzir foram sendo afastadas e combatidas pelo PT, com Lula à frente. Reivindicações elementares como reposição das perdas, salário mínimo e redução da jornada sem reduzir os salários foram riscadas. Nada de mobilização e luta de classe contra as medidas neoliberais do governo FHC. O máximo era fazer caravanas a Brasília por reparos pontuais nas reformas do governo.

Por cima, o PT se distinguiu por fazer politicagem oposicionista, mais para marcar posição eleitoral, como os fatos atuais vêm a confirmar; por baixo, o seu braço sindical assimilou o sindicalismo de resultados da Força Sindical, atuando contra a luta operá-

ria unificada e colaborando com as medidas de flexibilização do trabalho.

O conjunto dessas ações esteve e está sob a estratégia do governo democrático e popular do reformismo.

Então, o que significa Resgatar o PT?

O Trabalho deve fazer um balanço da trajetória do PT - vinculada ao Estado e à CUT - para explicar à militância que PT se quer resgatar. Também deveria fazer um balanço de sua política petista. Seria conveniente se republicasse os seus principais posicionamentos petistas, como caracterização do PT e de Lula, sua linha frente à estratégia do governo democrático e popular, sobre as alianças eleitorais, sobre a ação parlamentar, sobre as campanhas eleitorais, sobre as expulsões das correntes de esquerda etc.

Seria bom inclusive para se entender como é que as várias forças que hoje se unem para resgatar o PT estiveram separadas na trajetória do partido. Cada uma deveria ter seu balanço e deixar claro que PT se quer resgatar.

O Partido Operário Revolucionário cumpriu essa tarefa. Publicou, na Revista Socialismo Científico, uma sequência de documentos que expressam com precisão a avaliação de que o PT cumpria um papel de reação pró-capitalista no seio das organizações operárias e no movimento de massa.

A luta contra o reformismo se torna estratégica quando esse comparece como fator de estatização do movimento sindical e de obstáculo à construção do partido marxista. A trajetória do O Trabalho está na contramão dessas posições poristas.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Um novo partido?

O PSTU lidera um movimento por um novo partido. Fez negociações com os parlamentares do PT ameaçados de expulsão. Mas, por enquanto, fracassaram. Nada indica que tenha sido por razões programáticas, mas sim quanto ao nome da nova legenda, calendário de discussão e prazos eleitorais.

Os parlamentares ameaçados perdem a correntes distintas no PT. O deputado Babá já foi militante da CS, que deu origem ao PSTU. Heloísa Helena é membro da Democracia Socialista (DS), identificada com a corrente francesa mandelista. Dificilmente se porão de acordo. Cada um deles procura fortalecer sua fração.

É certo que Heloísa Helena é caso a parte. A DS é parte do governo Lula e nada tem feito para defender as posições da senadora, que é cortejada pelo PDT, PMDB e PSTU.

O fracasso de negociações de cúpula não atrapalha a campanha por um novo partido.

Está claro que o PT continuará trilhando a política ditada pelo FMI. Esse fardo é muito pesado para a esquerda reformista e revisionista. E a Articulação/Democracia Radical não poderão conviver com desafios de parlamentares descontentes. Expurgos virão, nos moldes defendidos pelo presidente do PT, o ex-estalinista José Genoíno. Desgarrarão do PT uma franja de militantes que se iludiram com a revolução do voto no PT/Lula. Há uma disputa por esse contingente. É aí que entra o PSTU com a idéia de um novo partido.

A bandeira de um novo partido parte da avaliação do fracasso do PT reformista, que deve ser substituído.

Pensa-se em um partido socialista que unifique as esquerdas. Um PST, como ideou o falecido argentino Nahuel Moreno, constituído de distintas correntes que se proclamam socialistas.

Em novembro, foi lançada a Carta de Belo Horizonte, que apregoa a necessidade de discussão entre correntes diversas no sentido de sua unificação. Espera-se superar as diferenças com discussões em torno do novo partido, ainda que leve tempo.

Há uma passagem na Carta de Belo Horizonte, que indica o real sentido da unificação dos socialistas. Diz: 'Acreditamos que todo esse processo necessariamente deve preceder ao lançamento de uma nova legenda partidária, e o movimento deve ser um espaço onde possa acontecer essa discussão'. Pensa-se em uma nova legenda partidária, portanto com o título de participação eleitoral.

Em seguida afirma que "também deve se constituir no espaço onde posamos unir a nossa atuação nas lutas sociais em curso (...) O novo partido será lançado como sigla eleitoral, mas para se estabelecer confiança entre as distintas correntes de que forma é preciso a atuação comum nos movimentos sociais". Nota-se o mecanicismo declamatório dessa formulação, que pretende traduzir a idéia de que se trata de um partido que subordina a luta eleitoral à ação direta.

É preciso construir um partido revolucionário e não um novo partido. A necessidade do partido não nasce do fracasso do PT. Esse nunca foi o partido do proletariado. Nunca se organizou em torno de um programa da revolução social, sem a qual não se al-

cança o socialismo, que se construirá sobre os escombros do capitalismo.

Aqueles que se referem à necessidade de um novo partido, referem-se ao partido eleitoral de esquerda. Não supera o reformismo. A constituição do partido se dá por meio da luta pelo programa e é com ele que se definirá seu caráter socialista, comunista.

O POR se distingue do PSTU por elaborar o programa que expressa a estratégia da ditadura do proletariado e a concepção leninista da militância profissional (que dedica a vida a organizar a luta de classe do proletariado e demais oprimidos), do centralismo democrático e do trabalho legal e ilegal. O caminho de formar uma nova sigla, que pode vir a ser lançada depois de discussões sobre pontos programáticos (rejeição ao FMI, contra a Alca, reforma agrária etc), não corresponde ao partido programa, leninista, internacionalista.

Por essa orientação, não haverá a crítica estratégica ao reformismo. Não se fará uma auto-crítica marxista da atuação no seio do PT e o apoio que até ontem foi hipotecado a esse partido. Chamamos a vanguarda a rechaçar integralmente o PT e a se colocar pelo programa da revolução e ditadura do proletariado, pelo partido mundial da revolução socialista, pela reconstrução da IV Internacional, pelos Estados Unidos da América Latina e revolução mundial. Chamamos a vanguarda a se organizar sob o método da luta de classe, da organização dos explorados para a insurreição e armamento da população.

Expulsão no PT

Ou se curvavam ou seriam expelidos

As diretrizes dos banqueiros e do FMI, assumidas pelo governo PT/Lula, levaram à degola dos parlamentares Heloísa Helena, Luciana Genro, João Batista de Araújo e João Fontes.

José Genoíno e José Dirceu comandaram a operação. O primeiro como presidente do PT e o segundo, Chefe da Casa Civil. O Ministro da Educação, Cristovam Buarque, atuou ativamente no expurgo. O deputado Aloísio Mercadante agiu como tropa de choque.

Lula foi aconselhado a não comparecer na reunião do Diretório Nacional. Do Planalto, assistiu o ato de expulsão, já previamente determinado pela corrente majoritária Articulação/Democracia Radical.

Nada disso é novo. Faz parte do histórico do PT expulsão de correntes inteiras. Os parlamentares cuspidos pertencem a correntes que se adaptaram no passado às exigências das facções majoritárias e não têm em seu trajeto a caracterização de que as expulsões de correntes expressavam adaptação do PT ao capitalismo e ao Estado burguês.

O deputado João Araújo liderou uma cisão no campo dos morenistas (PSTU) para permanecer no PT. Algo semelhante se passou com Luciana Genro, integrante da corrente Movimento por uma Esquerda Socialista. Heloísa Helena é antiga militante da Democracia Socialista, que dirigiu a prefeitura de Porto Alegre e hoje está representada no Ministério da Reforma Agrária.

Alguém viu o Ministro Rosseto levantar um dedo contra a expulsão de Heloísa Helena? Os dirigentes da DS devem dizer que se trata de questão tática, porque ainda o governo Lula é um governo de disputa. Nenhum dos parlamentares cavou a expulsão. Nenhum queria sair do PT, porque luta-

ram pelo partido reformista e pela sua chegada ao poder. Foram adeptos da ilusão da ascensão do operário Lula no poder por meio do voto. Ocorreu que não esperavam uma rápida e seca assimilação do PT/Lula da diretriz do grande capital. Apesar de todos indicadores precedentes à eleição terem demonstrado suficientemente que o PT já estava completamente comprometido com frações capitalistas, que as alianças eleitorais refletiam compromissos com latifundiários, industriais, banqueiros etc e que a Carta aos Brasileiros constituía um acordo com o capital imperialista, apesar de tudo isso, imperou na bandeira das correntes do PT o Lula Lá.

Mas se o PT/Lula mostrou, no comando do Estado burguês, que um partido da ordem capitalista, por mais opositorista de esquerda que tenha sido ao governo anterior, o que não foi o caso do PT, que não tem como governar senão a serviço da classe capitalista, as correntes de esquerda interna não têm como acompanhá-lo até esse ponto.

Governar é administrar os interesses do grande capital e exercer a ditadura de classe da burguesia sobre os operários, camponeses e classe média urbana. O PT/Lula atua como governo burguês, portanto, não tem como romper com o grande capital e a oligarquia, que historicamente compõe o Estado.

As esquerdas lutaram em torno da estratégia de um governo democrático e popular ou de um governo dos trabalhadores por meio da democracia burguesa e resultante do voto dos explorados, que rompesse a hegemonia oligárquica e do capital financeiro. Fracassaram completamente. Evidenciou-se a impossibilidade dessa via 'democrático e popular'. Mas não queriam, assim mesmo, admitir que as condições do capitalismo exigem a

revolução proletária. E que o partido tem de se construir no seio das massas como ferramenta da revolução e que para isso é preciso combater radicalmente o reformismo.

Os parlamentares de esquerda - Heloísa, João e Luciana - estiveram comprometidos com a via do partido eleitoral-reformista. Não compreenderam as leis da história - da economia, da política e da luta de classe - e são expulsos lamentando que o PT tenha se desviado do caminho. Não conseguem enxergar que não houve desvio de rota - o reformismo é burguês, por mais esquerdista que seja em seus documentos internos. Fatalmente concluiria seu desenvolvimento histórico como refém do capital monopolista. Parece exagero a idéia de que os banqueiros e o FMI expulsaram os esquerdistas das reformas radicais. Mas é a mais pura realidade.

O PT/Lula, ao implantarem as medidas do capital internacional, como reforma da previdência, tornou-se um agente social e político da fração mais poderosa da burguesia. É cegueira e infantilidade acusar as expulsões como uma medida estalinista. Trata-se de outra ordem, ainda que tenham parentesco. O expurgo é consequência da ditadura de classe burguesa, assumida pelo governo do PT.

Medidas mais violentas contra a economia nacional e contra os explorados têm de ser tomadas. O acordo com o FMI foi mantido pelo governo para ser aplicado. A disciplina no partido tem de ser da ordem unida em torno da estabilidade do governo, que está obrigado a compor com o PMDB e negociar cada votação com a oligarquia governamental (governadores) e partidos da oposição (PSDB/PFL).

Crime em Santo André serve de barganha na reforma do Judiciário

A Promotoria Pública reabriu o caso do assassinato do Prefeito de Santo André, Celso Daniel, acusando Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, como mandante. A investigação realizada no início de 2002, acompanhada pelo advogado petista Greenhalg, tinha concluído pelo crime comum, praticado por uma quadrilha da favela Pantanal. Agora, o caso foi reaberto supondo que o crime teria sido motivado por razões políticas: na Prefeitura haveria um esquema de corrupção comandado por Sombra para levantar dinheiro para o caixa do Partido dos Trabalhadores; esse esquema estaria desviando dinheiro para contas particulares, dentre elas a do próprio Sombra; Celso Daniel teria descoberto que o esquema estaria sendo utilizado para além daquilo que foi criado e se tornara assim uma ameaça. Assim, sua morte teria sido uma "queima de arquivo", feita para proteger Sombra e seus comparsas. Esse é o argumento dos promotores e do juiz que aceitou a reabertura do caso.

Por que a Promotoria só reabriu esse caso agora, dois anos depois? Não por coincidência, no momento em que o governo aumenta as pressões sobre o Poder Judiciário, com uma campanha para reformá-lo, reduzindo seu poder e limitando privilégios. As denúncias de corrupção sobre o Juiz Rocha Mattos e seu esquema de venda de sentenças e de libertação de presos têm sido utilizadas para mostrar como o poder Judiciário precisa ser reformado. O governo do PT/Lula utiliza esse caso para realizar uma reforma que não tem nada de "moralizadora" da Justiça. A reforma que o governo quer é a mesma que seu antecessor (FHC) pretendia: limitar o poder do Judiciário e colocá-lo sob controle do poder executivo e do parlamento, de forma a que atue de acordo com as disposições das frações burguesas no comando do aparato do Estado. FHC experimentou dificuldades de aplicação de medidas causadas por medidas judiciais. As privatizações, desde Itamar Franco, tiveram atrasos causados pelas liminares. Alguns confiscos realizados com manobras de correção inflacionária foram parcialmente devolvidos por medidas judiciais. O governo do PT/Lula não quer ter as mãos amarradas pela casta de juizes. Pretende cumprir seus

compromissos com o imperialismo e com o grande capital nacional, sem interferências.

O Poder Judiciário é parte constitutiva do Estado burguês. Por isso, também é movido pela corrupção, que o atinge completamente, de cima a baixo. Os processos e as sentenças caminham de acordo com a pressão do poder econômico. Os criminosos ricos sempre livram a cara, os pequenos delitos de desempregados e os crimes dos pobres são punidos. O juiz que foi flagrado com centenas de milhares de dólares em casa não é uma exceção; é a regra. Mas o governo o utiliza como boi-de-piranhã, para pressionar a casta de juizes a aceitar a limitação de poder. De seu lado, o poder Judiciário contra-ataca: reabre as investigações sobre o assassinato de Celso Daniel e o utiliza como moeda de barganha nesse jogo, ameaçando expor a corrupção do PT. Poucos dias depois, o governador petista de Roraima é vinculado ao caso do "esquema dos gafanhotos", criado no governo anterior e agora investigado.

É assim que as frações burguesas agem na sua disputa no interior do Estado: a corrupção corre solta por toda a parte, e é utilizada como ponto de barganha nos momentos de crise através de denúncias limitadas que nunca chegam a afetar duramente as frações burguesas em disputa. O resultado é o acordo que faz retrocederem os lados e preservar a corrupção geral.

O Estado capitalista é constituído por quadrilhas da burguesia, que o dirigem a partir de seus interesses. As quadrilhas em geral se acobertam umas às outras nas suas falcaturas. Nos momentos de crise mais aguda da economia, que chacoalha o regime político, as frações burguesas utilizam as denúncias como meio de travar a disputa política no interior do Estado.

Não poderá haver justiça sob o capitalismo. Ela sempre será guiada pelos interesses da classe burguesa, pois é manejada pelo poder econômico. A punição do assassinato de Celso Daniel, a punição dos corruptos de Santo André, do Judiciário e dos governos só será feita pelas massas mobilizadas. Os tribunais populares, organizações criadas pelas massas em luta e submetidos à democracia operária, é que poderão julgar e punir de verdade os crimes de classe da burguesia.

Manifestação pela redução da maioria penal é reacionária

A violência social tem crescido e isso tem criado um terreno fértil para as campanhas reacionárias ao redor da pena de morte e da redução da maioria penal. A classe média, amedrontada com o crescimento da violência, tem sido o setor social que se projeta e apóia as medidas reacionárias recitadas pela fração burguesa mais direitista.

O assassinato de dois jovens do Colé-

gio São Luiz em Embu-Guaçu (SP) levou a uma manifestação de 5 mil pessoas na Avenida Paulista. Suas bandeiras eram a redução da maioria penal e a aplicação da pena de morte. O rabino Henri Sobel, chefe da religião judaica no Brasil, tem defendido abertamente a aprovação da pena de morte e outras medidas repressivas, com o argumento de que sem "justiça" não há "paz". O que ele quer

dizer é que sem o aumento da repressão não há submissão social (violência do Estado).

As medidas de pena de morte e redução da maioria penal não têm nenhuma possibilidade de reduzir a violência social e na verdade não são defendidas para esse objetivo.

A redução da maioria penal é vista por setores burgueses como uma

forma de reduzir os gastos com a manutenção das prisões de menores, ao estilo Febem. Estima-se o custo de cerca de 1700 reais mensais por menor infrator detido e mantido pelo Estado, enquanto o custo do preso maior nas penitenciárias é de cerca de 800 reais mensais. A redução da maioria penal levaria a uma transferência de milhares de jovens para as penitenciárias, onde teriam um custo menor ao Estado. A economia feita poderia servir à corrupção e ao sustento do parasitismo financeiro, aos moldes dos cortes de gastos nos outros serviços sociais públicos (saúde, educação etc.). Os uru-

bus capitalistas estão de olho é nesse dinheiro, ainda que para isso joguem menores nas penitenciárias junto aos criminosos adultos e às organizações criminosas que lhes servirão de escola do crime. Por esse caminho, a violência social tende a aumentar.

A pena de morte é uma medida que a burguesia mais reacionária sempre defendeu. Ela serve para colocar nas mãos da justiça burguesa manipulada pelo poder econômico a capacidade de deliberar pelo assassinato legal. Nesse sentido, reforça o poder de repressão do Estado sobre os explorados. O rabino Sobel expressa a necessidade de

ampliar a repressão de classe para manter a opressão. É esse mesmo senhor que se diz defensor dos direitos humanos.

Os explorados devem combater as medidas repressivas defendidas pela burguesia e seus lacaios. Nada de pena de morte ou de redução de maioria penal. A violência social cresce por culpa da burguesia e do capitalismo, que aumentam a opressão social. É com a mobilização das massas pelas reivindicações que enfrentamos as consequências da crise capitalista e caminhamos para a destruição da opressão de classe pela revolução proletária.

Desemprego cresce em Fortaleza (CE) Os planos antipopulares e antinacionais dos governos federal e estadual

O governo Lula/PT com sua política pró-imperialista, seguindo a orientação do FMI, continua com a elevada taxa de juros de 17,50% ao ano, realizar reforma da previdência e tributária. Tem como resultado imediato o aumento da taxa do desemprego. Já o governo Lúcio Alcântara/PSDB segue a mesma diretriz e, com isso, aumentou a alíquota do ICMS de 25% para 27% da energia, telefone, os derivados dos combustíveis, bebidas etc., sendo mais um ataque profundo as condições de vida das massas. Porque o Estado do Ceará está falido financeiramente. Tudo isso que os governos federal e estadual estão fazendo é para proteger e dar garantias do pagamento das dívidas interna e externa ao grande capital nacional e internacional.

Os programas dos governos federal e estadual "o meu primeiro emprego" e as "portas abertas", respectivamente, são projetos para enganar os trabalhadores. Porque o sistema capitalista de produção está em crise e nessa fase monopolista do capital não pode desenvol-

ver as forças produtivas, mas, ao contrário, destruindo os postos de trabalho para manter a taxa de lucro dos capitalistas. A imprensa burguesa propagandeia pelos quatros cantos o retorno do crescimento econômico da economia brasileira, dizendo: a recessão está diminuindo, fim das vacas magras etc. O que se vê são os operários sentindo na pele o aumento do desemprego em massa e a superexploração do trabalho.

Dados atuais sob o desemprego

A taxa de desemprego chegou no mês de novembro chegou a 18,91% da População Economicamente Ativa em Fortaleza, ou seja, 185.972 mil pessoas estão sem emprego (Jornal O Povo, 19/11/03). O desemprego atinge em cheio a juventude entre 15 a 24 anos, como registra o Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (Sine/IDT), é de 51% na capital cearense, isto é, 94.883 mil jovens sem trabalho.

Nossas propostas

A luta contra o desemprego se faz necessária: a formação de comitês de luta que organize os empregados e desenapregados com a juventude, em aliança com os camponeses pobres, para fazer um grande movimento pelo emprego e colocar o Estado e a burguesia no canto da parede. Segundo, a defesa do emprego para todos se dará através da ação direta (ocupação, bloqueio de avenidas, manifestação de ruas etc.) por meio do enfrentamento direto contra o Estado burguês e seus comparsas. Terceiro, a juventude deve se armar com um programa revolucionário que tenha como estratégia a ditadura do proletariado, isto é, um governo operário e camponês para destruir o sistema capitalista e construir o regime socialista, fruto da revolução proletária. Por último, contra o desemprego estrutural, a escala móvel de trabalho, a divisão de todas as horas nacionais de trabalho entre todos que estejam aptos ao trabalho e possam trabalhar, e sem redução do salário.

Congresso Nacional da Ubes: apoio ao governo e burocratização

De 04 a 07 de dezembro, aconteceu em Mogi das Cruzes (SP), o Congresso Nacional da Ubes. Poucas centenas de delegados, escolhidos nas etapas estaduais do Congresso, decidiram pela política e elegeram a direção da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

A burocratização do Congresso

Um Congresso estudantil democrático deveria servir para mobilizar e organizar os estudantes ao redor das reivindicações mais sentidas e daquelas que os unem aos operários, camponeses e a população oprimida. Para isso, deveria:

1) Ser formado pela eleição de representantes em todas as escolas do país, sem filtros, preferencialmente em assembléias, a partir da discussão de suas posições políticas e propostas. A convocação do Congresso deveria ser ampla, com um regimento democrático e que permitisse a participação de todos, com calendários claros. A inscrição de teses políticas deveria ser democrática e a organização do Congresso deveria divulgá-las amplamente e com antecedência. A escolha dos representantes deveria expressar todas as correntes de pensamento estudantis de forma proporcional à sua representação entre os estudantes. A discussão e eleição desses representantes deveria se dar de maneira independente dos professores e da direção da escola, que devem acatar o direito dos estudantes se organizarem livremente. Dessa forma, os representantes (delegados) iriam ao Congresso debater nacionalmente suas posições políticas e propostas, e essa representação expressaria a real composição do movimento estudantil.

2) O Congresso deveria ter a duração de dois dias, e não de quase uma semana. Um Congresso de luta tem de ser dinâmico, devem predominar discussão e decisão coletivas. E deve ocorrer num momento em que os estudantes possam acompanhá-lo, não em final de ano ou semestre, épocas de provas. No Congresso, os grupos de discussão ao redor dos temas deveriam permi-

tir a participação dos delegados em todos os temas e a elaboração de propostas a serem encaminhadas à plenária final, sem restrições. A plenária final deveria ser democrática, discutindo e votando todas as posições divergentes, com amplo direito à defesa e sem o voto de cabresto.

3) A eleição da direção deveria expressar as posições comuns e as divergências debatidas no Congresso. Deveria ser livre a inscrição de chapas de delegados e a votação proporcional, sem porcentagens mínimas que limitam a participação das minorias. Dessa forma, a direção eleita expressaria as posições políticas e propostas aprovadas, e haveria uma unidade entre propostas e direção a aplicá-las.

Mas o que vimos foi justamente o oposto:

1) A eleição de delegados para o Congresso Nacional foi feita de forma indireta, nas etapas estaduais. Isso limitou muito a participação. As etapas estaduais ocorreram em datas diferentes, o que permitiu que as direções regionais mudassem as datas de inscrição de delegados, sem a devida divulgação. Isso impediu que muitos pudessem se inscrever. A eleição de delegados tinha de ter o aval da direção da escola ou da direção da Ubes. Assim, não era livre nem democrática, estava sob a tutela das diretorias ou da corrente dirigente da Ubes (PCdoB). A divulgação do Congresso e das teses praticamente não existiu, o que despolitizou a eleição de delegados. A direção majoritária utiliza métodos alheios à discussão política para levar seus delegados (realização de eventos sociais, promessas de diversão em festas no Congresso, gratuidade de transporte e alimentação etc.). Na inscrição dos delegados, a comissão de credenciamento delibera arbitrariamente sobre a validade ou não das atas e eleições: as atas e delegados da corrente UJS (PCdoB) são todos aprovados; muitos da oposição, seja ela qual for, são rejeitados. Para completar, a inscrição de delegados exige uma taxa que é proibitiva para os estudantes mais pobres. Assim, na eleição dos delegados, já se estabelece uma composição que não reflete a posição dos estudantes e está condicionada por inte-

resses particulares (alimentação, diversão, transporte etc.). Em suma, a maioria dos delegados serve de massa de manobra para o PCdoB, que orienta sua votação através dos “líderes de bancada”, que são os responsáveis pelos ônibus que levam seus delegados ao Congresso. Esses delegados não votarão de acordo com sua consciência ou com a discussão no Congresso, mas apoiarão as propostas defendidas pela direção atual, sejam elas quais forem.

2) O Congresso é feito em 4 dias, e no final do ano letivo. Assim, é difícil aos estudantes, ocupados com provas finais e trabalhos, a participação e acompanhamento das atividades do Congresso. Os 4 dias não são utilizados para discussão e votação. Grande parte do tempo serve para a realização de festas e para “mesas” de exposição das posições de parlamentares e convidados da direção. A discussão, que poderia ocorrer nos grupos, é limitada: temas diferentes são discutidos simultaneamente, o que inviabiliza a participação de delegados em todos eles; o tempo é curto e as falas são controladas pelos militantes do PCdoB; as propostas não são levadas à plenária final, são submetidas a uma comissão de sistematização que leva à plenária final apenas as propostas de “consenso” entre as maiores correntes a algumas polêmicas escolhidas. A plenária final acontece com atraso e com pouco tempo, as falas são controladas pela mesa com a ajuda de seguranças contratados para impedir que opositores cheguem à mesa ou ao microfone. As bancadas são agrupadas e manipuladas nas votações.

3) A eleição da direção é uma formalidade, e expressa a disputa de cargos. Os alinhamentos se dão não por afinidade ou divergência política, mas por esses interesses de aparelho. A bancada da direção atual, já majoritária desde antes do Congresso, elege a maioria da direção. Essa nova direção já estava comprometida com a aplicação da política do PCdoB antes do Congresso. O Congresso é anulado como instrumento de organização e mobilização estudantil, acaba servindo apenas para homologar as decisões do PCdoB.

As raízes da burocratização

A burocratização da Ubes e de seus Congressos não é um fenômeno organizativo ou administrativo. O pro-

blema é que a atual direção não expressa as necessidades mais sentidas pelos estudantes e suas tendências de luta. Expressa sim as negociatas e a política seguidista do reformismo do PCdoB e suas relações com o aparato e com as frações da burguesia. Os estalinistas da UJS (PCdoB) não podem aplicar a democracia estudantil, não podem realizar um Congresso democrático porque não podem deixar que os estudantes manifestem livremente suas necessidades e a política que lhes corresponde. A política do PCdoB está em contradição com as necessidades dos estudantes. Para ser aplicada, tem de ser à revelia da maioria estudantil. Tem de excluir as oposições e limitar ao máximo a participação das bases. Tem de usar métodos corruptores, como a realização de festas e eventos sociais para atrair os estudantes menos politizados e manipulá-los. Não pode permitir a livre discussão e votação nos grupos e plenária. Tem de oferecer o Congresso aos seus “aliados” no aparelho de estado, para fazerem demagogia eleitoral. A burocratização já começa nas escolas, onde a eleição de delegados é feita a partir do aval da direção, e vai até a eleição da direção por delegados escolhidos indiretamente, por um “filtro”.

A aplicação da democracia estudantil permitiria aos estudantes decidirem por suas reais necessidades e pela política que pode levá-los à luta por elas. Permitiria varrer com a atual direção e constituir uma direção que expressasse a luta dos estudantes unificada nacionalmente.

Enganam-se aqueles que supõem que a burocratização do Congresso está nele mesmo, propondo a eleição direta da diretoria como tábua de salvação para a democracia na Ubes. A eleição direta só favoreceria aos partidos de maior estrutura nacional, portanto ao poder econômico, e estabeleceria a separação entre a política e propostas, aprovadas num Congresso, das pessoas que deveriam colocá-lo na prática, a direção. Uma diretoria eleita com milhões de votos oriunda das frações mais passivas dos estudantes jamais respeitaria as decisões de um Congresso de alguns milhares de representantes. Finalmente, constituiria uma direção vinculada aos partidos reformistas e burgueses, avessos aos interesses dos estudantes. Portanto, só poderia ser tão ou mais burocrática que a direção estalinista.

A luta da Corrente Proletária Estudantil é para que

os Congressos, que são a expressão da democracia operária aplicada ao movimento estudantil, sejam de fato democráticos. Mas isso não depende das atuais disputas travadas em congressos burocratizados, e sim de uma ampla mobilização nacional dos estudantes, que os fará perceber pela prática a necessidade de construir sua organização nacional de forma democrática e de acordo com suas reais necessidades de luta.

A política aprovada: apoio crítico e propositivo ao governo Lula

O Congresso da Ubes, poucos dias após o Congresso da Apeoesp, aprovou a mesma resolução de posicionamento diante do governo Lula. Em primeiro lugar, o apóia. O tipo de apoio é secundário. O fundamental é que se coloca por sustentar um governo burguês. Portanto um governo que expressa a ditadura de classe da burguesia contra as massas. Uma organização autenticamente independente jamais apóia um governo burguês. O fato do apoio ser apresentado como "crítico" e "propositivo" só serve para confundir a posição de submissão. Apresenta-se como crítico para permitir fazer demagogia ao apoiar as medidas antinacionais e antipopulares. Apresenta-se como propositivo para dizer que o governo está aberto a ouvir as propostas dos estudantes e para esconder que segue o governo para onde ele for.

Um Congresso secundarista, na situação em que os estudantes realizam mobilizações em várias partes do país contra os aumentos das passagens de ônibus, deveria ter como primeira meta unificar e impulsionar essas lutas, para dar-lhes a força necessária para vencer. Mas isso implicaria num movimento contra os governos e os capitalistas donos das empresas de transporte, coisa que a direção do PCdoB nem quer ouvir falar.

Manutenção dos filtros

A eleição indireta dos delegados nacionais é mais um passo no processo de burocratização da Ubes. É uma condição da direitização da política da atual direção (PCdoB). Torna o Congresso ainda mais distante das bases, torna mais fácil a manipulação. E não vai

parar por aí. A cada passo que o PCdoB der junto ao PT no governo para sustentar as políticas antinacionais e antipopulares, a cada medida contra o ensino público tomada e não combatida pela atual direção, ela será obrigada a tornar a organização Ubes e seus congressos cada vez mais burocratizados e distantes das bases estudantis.

Apoio ao ensino pago

Uma das diretrizes da política neoliberal na educação é o apoio à privatização do ensino superior. No Brasil, esse apoio se dá de várias formas, mas as principais são: sucateamento do ensino público, vestibulares, subsídios ao ensino pago, financiamento público via bancos do ensino. O governo do PT/Lula pretende aprofundar essa linha, com o sustento de 400 mil vagas de financiamento público nas faculdades pagas.

Os exames de avaliação institucional, como Provão, Enem etc. serão mantidos, apenas modificados pelo atual governo. São mais instrumentos de cortes de verbas, privatização e favorecimento dos capitalistas do ensino. O Congresso aprovou o apoio a todas essas políticas anti-estudantis do governo.

Política Proletária

A Corrente Proletária Estudantil Secundarista participou pela primeira vez de um Congresso Nacional da Ubes e travou a luta política, num quadro de extrema burocratização, com seus materiais e intervenções nos grupos de discussão.

As propostas que defendemos estão no Massas nº 272.

Nossa atuação serviu principalmente para denunciarmos a burocratização, combatermos a submissão política ao governo, defendermos as bandeiras de luta dos estudantes e sua unificação e, principalmente, a necessidade dos estudantes abraçarem uma política proletária, pois somente em aliança com a classe revolucionária será possível aos estudantes transformarem profundamente a escola e imporem o ensino público e gratuito, laico, único e vinculado à produção social.

Balanço do Congresso Nacional e da Etapa Estadual da UBES-SP

(redigido pela frente secundarista)

Etapa Estadual - São Paulo

Nos dias 22 e 23 de novembro ocorreu em São Paulo o 12º Congresso da Upes (União Paulista dos Estudantes) e a etapa estadual para o 35º congresso da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

Etapa Estadual

Nosso congresso deveria ter por objetivo unir os estudantes ao movimento operário e camponês num só movimento contra a exploração do trabalho, desemprego, destruição da escola pública e contra as medidas antipopulares e antinacionais que o governo PT/Lula vem impondo, que só atendem aos interesses dos banqueiros, empresários, latifundiários e ao imperialismo. Enfim, nosso congresso deveria ter por objetivo organizar os estudantes para a luta contra a classe capitalista e seu governo. Entretanto, a etapa estadual do congresso da Ubes teve como estratégia a discussão e apoio ao novo governo PT/Lula. Tanto que a direção, interessada em desviar a atenção do governo Lula, com suas medidas de ataque aos trabalhadores e a educação, para o governo Alckmin, retirou os grupos com temas Conjuntura Internacional, Conjuntura Nacional e Educação, só deixando Conjuntura Estadual (que não estava como pauta) e Movimento Estudantil. O mínimo debate que houve foi feito porque a oposição insistia na discussão sobre a relação da Ubes com o novo governo. Essa política pró Lula foi explicitada desde a campanha pró PT em 2002, feita pela Upes e Ubes.

É importante lembrar a posição que a entidade tomou: suas direções manipularam os estudantes e usaram do aparato estudantil em favor de Lula. A desculpa das direções: PCdoB, PT, PCR e Mutirão foi de que a eleição do governo de Lula marcaria o rompimento com a burguesia, fim dos 500 anos de opressão, mandança da "elite conservadora" e enfrentamento do imperialismo norte-americano. E nesse meio de enganações ainda encontramos o PSTU que, no segundo turno, fez campanha para Lula, alegando que deveria acabar com as ilusões do povo que acreditava no PT, e dizendo que seria um governo em disputa, que oscilaria entre a burguesia e o operariado.

É certo que quando Lula foi eleito com a maioria de

votos da população a ilusão era imensa. Porém isso não justifica o apoio. Temos de deixar claro a política do programa de governo do PT, que desde a carta aos brasileiros deixava explícito seu compromisso com a burguesia, o capital financeiro e ao mesmo tempo prometia 10 milhões de empregos, 3 refeições ao dia e reforma agrária. É preciso dizer que não é possível governar para a burguesia, pagar ao imperialismo e ao mesmo tempo atender as reivindicações das massas. Mediante a situação, o PT/Lula fez suas alianças com o PL, PFL e demais partidos burgueses, e articulava o atrelamento dos sindicatos e entidades em torno do novo governo.

A Ubes/UNE/Upes não ficaram à margem, a política de Lula para os estudantes era uma demagogia: participação no Conselho Nacional de Desenvolvimento para a UNE e visita do ministro Cristóvão Buarque para a Ubes e Upes. Quando dizia que a política do governo não seria lá essas coisas e que estaria disposto a "conversar", mas que a entidade deveria lutar se o governo vacilasse. Agora, com 1 ano de governo, a direção da entidade repete a necessidade do apoio a Lula/PT e mesmo com todo ataque que a educação e a juventude vêm sofrendo, a direção não chama os estudantes para a luta.

Quais foram as medidas desde a campanha de Lula:

1º Nada do cumprimento das promessas, pelo contrário o nível de desemprego é o maior em 10 anos.

2º Pouquíssimos assentamentos dos sem terra, e a prisão de seus líderes, Zé Rainha, Mineirinho, Diolinda, além das mortes que tiveram em confronto com a polícia federal (submetida ao governo federal-Lula) e jagunços dos latifundiários.

3º Aplicação da reforma criminosa da previdência, que acaba com a aposentadoria e aumenta a idade para poder se aposentar; a reforma trabalhista, que retira os direitos dos trabalhadores conquistados com muita luta, como 13º salário, férias etc; a reforma tributária, que perdoa as dívidas das empresas com o governo e retira mais

ainda as verbas dos serviços públicos, (basta vermos a retirada de 341 milhões em verbas da educação e 240 milhões da saúde para o pagamento dos banqueiros e FMI).

Ora, nesse 12º congresso da Upes, em que a entidade deveria apontar para o apoio e fortalecimento das lutas nacionais dos estudantes em favor do passe livre, do livre acesso à universidade, contra o fechamento dos CEFAMs e ETEs, pela democracia na Ubes; não, o que a direção (PC do B/ PT) propõe é: apoio ao governo, meia entrada, carteirinha, pelas cotas e em favor do funil, que exclui os estudantes e a oposição que discordam da burocracia de participar dos congressos com direito a fala etc. Todas as manifestações contrárias à política governamental que a direção da Ubes defende são ao máximo boicotadas e abafadas.

Nas lutas feitas pelos estudantes em defesa do CEFAM a direção boicotou. Na manifestação convocada pelos alunos, a burocracia desmarcou a manifestação, na data remarcada não levou carro de som e depois do começo da passeata, em direção a prefeitura, dispersou os estudantes e deu o protesto como encerrado.

Em no 35º congresso da Ubes a situação é semelhante, pois o intuito da direção da Ubes, que é a mesma da Upes, era de aprovar essas medidas de ataque e boicote às lutas dos estudantes. Como em Salvador, em que os estudantes tomaram as ruas para lutar contra o aumento das passagens de ônibus e exigindo o passe livre, a direção para controlar a mobilização e defender o governo quis negociar, colocando a reivindicação do passe livre à mercê da vontade dos empresários. Contudo, a juventude radicalizada e comovida com a morte do estudante Marcos Chaves de Jesus, lutou em defesa de suas reivindicações. Mas a burocracia manipulou a exigência da juventude e afundou a mobilização, com a desculpa de que a luta deveria parar na redução das passagens e não na reivindicação que os estudantes precisavam e lutavam que era a de passe livre para a juventude.

Posição das correntes

Na etapa estadual a posição das principais correntes: PC do B, PT, PSTU, PSB, Mutirão/ PMDB foi:

UJS/PC do B: Direção da entidade, no movimento estudantil teve a posição clara de apoio ao governo PT/Lula, desmobilização das lutas em São Paulo (CEFAM, ETEs, Passe livre etc), em defesa do funil, cotas.

PT: Apoio ao governo, contra o funil, pois queriam o aparato, contra a defesa da democracia operária, em defesa cotas.

MRS/PSTU: Não apoio ao governo, pela criação do

novo partido, que recolhe a esquerda desconte do PT para a disputa eleitoral. Contra o funil, em defesa da democracia na UBES, passe livre e contra a ALCA.

PSB: Só na tapa estadual estiveram presentes. Defenderam o apoio ao governo Lula Pelas Cotas. Pelo funil.

Mutirão/PMDB: Apoio ao governo PT/Lula. Contra o passe livre (afinal dirigem a Umes, que faz as carteirinhas). A favor do funil e cotas.

Nossa Posição e intervenção

O POR se diferenciou das correntes por suas bandeiras e posições:

NENHUM APOIO AO GOVERNO PT/LULA, QUE RETIRA VERBAS DA EDUCAÇÃO E ENCHE OS BOLSOS DOS BANQUEIROS

PACTO SOCIAL = MAIS REFORMAS NEOLIBERAIS

QUE A UBES COMBATA AS REFORMAS NEOLIBERAIS DE LULA!

POR UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO! CONTRA O FUNIL! PELA

DEMOCRACIA OPERÁRIA DENTRO DA UBES!

APOIO AOS MOVIMENTOS CONTRA O AUMENTO DAS TARIFAS

POR TODO BRASIL!

PELO PASSE LIVRE PARA TODOS OS JOVENS E DESEMPREGADOS! EM DEFESA DA MEIA ENTRADA E FIM DA CARTEIRINHA DE PASSE!

ESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS, SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES!

4 HORAS NA ESCOLA E O RESTANTE NO TRABALHO E LAZER!

CONTRA AS COTAS! VAGAS PARA TODOS! FIM DOS VESTIBULARES! LIVRE ACESSO!

POR UMA ESCOLA CIENTÍFICA, QUE VINCULE A TEORIA COM A

PRÁTICA E FIM IMEDIATO DO ENSINO RELIGIOSO!

ESTATIZAÇÃO IMEDIATA DAS ESCOLAS PARTICULARES, SEM

NENHUMA INDENIZAÇÃO!

EM DEFESA DE UM ÚNICO SISTEMA DE ENSINO, PÚBLICO, GRATUITO LAICO E VINCULADO A PRODUÇÃO SOCIAL!

ORGANIZAR A LUTA ANTIIMPERIALISTA! DEFESA DA AUTO DETERMINAÇÃO DOS POVOS! NENHUMA INTERVENÇÃO DO IMPERIALISMO NAS NAÇÕES OPRIMIDAS! NÃO A ALCA! TOTAL APOIO AS LUTAS NA BOLÍVIA!

Balanço da etapa estadual do 35º congresso da UBES-CE

O congresso estadual ocorreu nos dias 22 e 23/11 e contou com cerca de 200 delegados e estudantes de várias cidades do interior. Esteve sob controle da UJS (PC do B) que burocratizou os trabalhos de funcionamento e impediu qualquer discussão política. O congresso não serviu para armar os estudantes, que despertam para a luta em defesa da escola pública e emprego a juventude. Não aprovou um plano de lutas, nem propostas enviadas pelos grupos de discussão. Transformou-se apenas em formalidade burocrática para eleger os representantes do estalinismo para o congresso nacional.

O congresso foi manipulado pela direção estadual da UBES (UJS/PCdoB) para impedir as discussões a qualquer preço. Qualquer discussão sobre balanço crítico da atuação do UBES nos últimos anos, denúncia do funil como critério para eleição dos delegados, atrelamento da UBES ao Governo, crítica à defesa da PAZ etc foi asfixiada. A organização do congresso para impedir qualquer discussão política mais profunda, chegou ao ponto de dividir as discussões em salas por temas. Assim, como cada sala só discutiria um tema específico: situação nacional, internacional, educação, movimento estudantil etc os estudantes não poderiam participar da discussão de todos os temas, já que estas eram todas simultâneas. Além da manobra de fatiar os temas, foi imposto um reduzido tempo para as discussões (1 hora e meia em dois dias de congresso). A direção chegou ao cúmulo de querer impor que as discussões nos grupos iniciassem com exposições apenas das teses do PSTU, PC do B e PCR, excluindo cor-

rentes menores e independentes, que foi rechaçada pelos estudantes em alguns grupos.

6 teses foram apresentadas no congresso. As teses estalinistas (Juventude Rebelião/PCR), UJS/PC doB) e as teses reformistas (MPT –movimento PT) e até burguesa (PPS) chamavam o apoio ao governo Lula, manipularam o credenciamento de delegados a fim de obter crachás de delegados que não vieram para o congresso etc.; compareceram divididos em duas chapas: UJS, que obteve 79 votos e 16 delegados para o congresso nacional e PCR/PPS/MPT que obteve 85 votos e 16 delegados também. Os pretensos revolucionários do PCR, fazendo jus ao título que ostentam orgulhosamente de estalinistas, compuseram aliança com os agentes da burguesia no movimento estudantil: PPS e com o MPT, ala mais conservadora do PT.

O PSTU compôs com DS e com alguns estudantes apoiados pelo PSB, e obteve 41 votos e direito a 08 delegados ao congresso nacional. A corrente proletária estudantil/POR fez a defesa da construção de uma fração revolucionária no seio do movimento estudantil e a denúncia da burocratização da UBES. Lançou chapa própria e obteve 06 votos, o que dá direito a 01 delegado para congresso nacional.

A lição do congresso estadual da UBES é a urgente necessidade de construir uma rede de grêmios combativos e revolucionários e de uma entidade estadual que expresse os interesses dos estudantes frente aos governos e a crise da educação.

Fortaleza-CE

Eleições para grêmio do Jonathan da Rocha: vitória da política revolucionária

As eleições para a criação do grêmio da escola municipal (de Fortaleza/CE) Jonathan da Rocha foram realizadas dias 03 e 04 de novembro. A eleição teve a participação de apenas uma chapa composta pela *Corrente Proletária Estudantil/independentes*, que defendeu: total autonomia do movimento frente aos governos, direções de escola e partidos burgueses, nenhum apoio ao governo Lula, que o governo cumpra suas promessas de campanha, fim da reforma da previdência, fora as tropas americanas do Iraque, mais verbas para educação e emprego à juventude.

As eleições ocorreram apenas um dia após as eleições

para 'Prefeito Mirim', patrocinada pelo UNICEF e executada pelo Prefeito Juraci (PMDB) como forma de cooptar os estudantes para projetos governistas. A Corrente Proletária se posicionou pelo boicote, denunciou o caráter apenas figurativo do 'Prefeito Mirim' e chamou os estudantes a criar o grêmio.

O resultado foi o seguinte; chapa 1- "movimento estudantil" 399 votos, 06 votos nulos e 20 brancos, num total de 430 votantes. É preciso despertar a consciência da luta nos estudantes e dar um caráter organizativo às suas insatisfações. A construção de grêmios combativos e independentes serve a esse objetivo.

Rio Grande do Norte

Eleições para o Grêmio Estudantil do Ubaldo Bezerra

PSTU mostra o tamanho do seu oportunismo eleitoral

No dia 12 de Novembro, foram realizadas na Escola Ubaldo Bezerra, as eleições para o Grêmio Estudantil.

Três chapas participaram, sendo a chapa 1, *Poder Estudantil* da Corrente Proletária Secundarista; a chapa 2, *União Estudantil*, formada por "independentes", ligada por completo à direção da escola; e a chapa 3, *Garra Estudantil*, sendo formada na sua maioria por "independentes" despolitizados, mas foi organizada pelo PSTU.

Desde o início do ano, nós da Corrente Proletária Secundarista, organizamos os estudantes do Ubaldo Bezerra para lutarem contra todo e qualquer tipo de opressão, seja dentro ou fora da escola. A organização do nosso grêmio, ninguém pode negar, foi devido unicamente à atuação da nossa corrente, que além de enfrentar as calúnias das outras chapas, teve de bater de frente com a direção da escola, que tentou de todas as formas impedir a organização do grêmio estudantil.

No dia 16 de Outubro, a direção da escola chamou uma reunião com o Conselho de Representantes de Turma, com a intenção de forjar uma eleição para o Grêmio. Forjar, já que a sua intenção era ditar todas as regras do processo e com isso, deixar de fora todos aqueles estudantes que queriam lutar contra a destruição da nossa escola. Isso não aconteceu devido à atuação da nossa corrente, que interveio mostrando aos representantes de turma que quem deve comandar a organização do Grêmio são os estudantes, e que à direção só cabe financiar todo o processo.

Em assembléia, escolheu-se a comissão eleitoral e foi aberto o prazo para inscrição das chapas. O processo foi encaminhado sempre de forma democrática, embora dois dos três componentes da comissão fossem ligados ao PSTU, e tentassem a todo momento favorecer a sua chapa.

Encerrado o prazo de inscrições, foi aberta a campanha nas turmas, quando todas as chapas tiveram total liberdade de passar nas salas de aula e fazer a divulgação das suas idéias.

A primeira chapa a apresentar um programa foi a chapa *Poder Estudantil* (chapa 1), que se preocupou desde cedo em utilizar todas as formas possíveis para elevar politicamente os estudantes. Isso pode ser facilmente percebido em nosso programa, que não se preocupou apenas em falar sobre os problemas da escola, mas também mostrou aos estudantes de onde vêm os problemas

que assolam a juventude, problemas como o desemprego, a destruição da escola pública etc. Fizemos uma avaliação do governo Lula/PT e mostramos a necessidade da juventude estar organizada para responder com luta à ofensiva imperialista com seu projeto neoliberal, que aprofunda a miséria das massas.

Sempre nos calcanhares da chapa *Poder Estudantil* vinha a chapa *Garra Estudantil* (chapa 3), que sequer foi capaz de se auto-organizar, precisou de intervenção direta de estudantes de fora da escola (militantes do PSTU), que, com o pretexto de tirar delegados para o congresso estadual da UBES, chamaram reuniões, e montaram a sua chapa. De forma totalmente oportunista, sequer fizeram uma discussão sobre a base de um programa, para que os estudantes que formaram a chapa soubessem o que estavam defendendo.

Foi dessa forma que o PSTU se aliou com setores despolitizados e reacionários que chegaram ao ponto de, ao passarem nas turmas, serem contra os partidos políticos atuando no movimento, atacando a nossa chapa sem saber da aliança que havia sido traçada bem debaixo dos seus narizes.

Após o lançamento do programa da nossa chapa, a chapa *Garra Estudantil* (PSTU), logo providenciou algo que eles chamam de programa, em que não se defendia o princípio da proporcionalidade, princípio este que não foi "esquecido" pelo nosso programa.

O pior veio nos dias próximos às eleições: por não ter feito uma discussão prévia de seu programa, a chapa *Garra Estudantil* (PSTU) tratou de mostrar a que veio, foi às salas de aula e intensificou sua campanha de difamação contra a chapa *Poder Estudantil*. As acusações eram despolitizadas ao máximo, afirmavam que, por ter um professor (militante do POR) que apoiava a chapa, o grêmio não teria autonomia diante da direção da escola, tudo isso com o aval do PSTU, que compactuou com o atraso político dos estudantes, rebaixando o seu programa e permitindo que o seu grupinho degenerado fizesse esse tipo de afirmação nas salas de aula.

O que se viu no PSTU foi a política típica do reformismo e até mesmo do estalinismo, quando tenta se apossar do aparelho de alguma entidade, fazendo todo tipo de alianças e tecendo as mais absurdas calúnias contra seus opositores.

No dia das eleições, o comportamento de tal grupo

não foi diferente dos outros dias. Nesse dia, os ônibus que trazem os estudantes da zona rural pararam por falta de pagamento por parte da prefeitura; logo, esses estudantes não poderiam votar.

A nossa proposta foi de que todos os estudantes deveriam ter direito a votar. A posição do PSTU foi contrária à nossa, já era de se esperar.

Como de costume, o PSTU tentou agredir um de nossos militantes. Por achar que estávamos distribuindo material muito próximo dele, um dos seus militantes, que estava como mesário, tentou nos agredir fisicamente, aos gritos, partiu pra cima de um dos nossos militantes que, conhecendo a prática degenerada desse partido, tratou de se recolher. Como verdadeiros trotskistas consideramos o gangsterismo uma prática alheia aos nossos princípios, o combate entre as correntes deve ser político, o que foge disso é alienação.

Durante a apuração dos votos, ao saber que a chapa *Garra Estudantil* havia vencido as eleições, o PSTU rapidamente tratou de tomar a frente do grupinho, o mesmo grupo que durante o dia cantava e dançava, sem a participação do PSTU, logo mudou de postura, puxados pelos militantes do partido, começaram a gritar palavras de ordem, afirmando que iriam mudar o Brasil e que agora se tratava de um grêmio de luta e socialista; só que agora já era bem tarde para que o PSTU alimentasse tal grupo com política. O grupo que se dizia independente de partido, da direção, dos professores, foi logo tratando de se abraçar com a direção da escola, reafirmando sua política de conciliação. Mais uma vez, o PSTU utiliza o atraso de um grupo e, principalmente, da despolitização que atinge a juventude, para tomar posse do aparelho de uma entidade.

Em nenhum momento a chapa da Corrente Proletária Secundarista atacou as demais chapas, mesmo essas so-

frendo de várias debilidades, sempre nos preocupamos em divulgar e discutir as nossas idéias; sequer os nossos apoiadores, por conhecerem a nossa política, chegaram a fazer algo que colocasse em cheque a moral revolucionária da Corrente Proletária.

RESULTADO DA VOTAÇÃO

Poder Estudantil	118 votos
União Estudantil	205 votos
Garra Estudantil	587 votos

De 1.900 estudantes, apenas 910 votaram

O fato da nossa chapa não ter conseguido vencer as eleições se deve principalmente à não compreensão do nosso programa por parte dos estudantes, mesmo nos conhecendo na atuação prática, os estudantes não conseguiram romper com as relações de coleguismo, alimentadas pelos integrantes da chapa *Garra Estudantil*. Nos pautamos pelas discussões do programa com as reivindicações mais elementares e que todas as conquistas deveriam ser obtidas com a luta coletiva, ao contrário das outras chapas que prometiam campeonatos de futebol, pilotão de saúde, festas etc.

Além de tudo, contamos com a ampla campanha de difamação e do apoio de um grupo de professores reacionários. Por parte das outras chapas, as eleições em quase nada se diferenciaram das eleições burguesas. Principalmente o grupo do PSTU, que se sentiu pressionado com a presença massiva dos nossos apoiadores, tentava de qualquer forma trazer o maior número possível de estudantes para votarem, enquanto a posição da nossa chapa era sempre de discutir o programa com os estudantes, e respeitar a sua escolha, seja qual fora a chapa escolhida.

Encontro potiguar dos estudantes de pedagogia

O encontro estadual de pedagogia tinha um caráter festivo e pedagógico. Isso já estava claro na mesas de debates e o local escolhido (praia de Maxaranguape).

A grande maioria dos estudantes combateram a presença dos partidos políticos e qualquer tipo de política no encontro.

O PT foi quem dirigiu o movimento e deu toda liberdade a essa postura dos estudantes. O PSTU, quando sentiu a pressão desse setor, chegou inclusive a fechar e guardar suas bandeiras para não se indispor com esses estudantes e ganhar votos na eleição da executiva.

O POR combateu o discurso falso e reacionário dos estudantes e denunciámos o oportunismo eleitoral do PSTU.

Conseguimos colocar dois militantes nossos na executiva estadual.

Para executiva nacional formaram-se duas chapas:

- 1- POR - Corrente Proletária
- 2- PSTU/PT e independentes (apolíticos)

Não conseguimos colocar ninguém para a executiva nacional.

Apesar dos nossos esforços o encontro não conseguiu aprovar uma linha política de luta.

Londrina (PR) - Avaliação do Debate

A desilusão das massas com o PT e a Revolução no Brasil

O debate organizado pela CORRENTE PROLETÁRIA iniciou-se com a exposição da situação revolucionária na Bolívia, onde operários, professores, estudantes e camponeses saíram às ruas para impedir uma medida entreguista, em que o então presidente exportaria o gás para os EUA. A luta radicalizada dos bolivianos, além de conseguir impedir esta medida, transformou-se numa insurreição que acabou expulsando do governo o presidente Sanchez de Losada. Este acontecimento soma-se a outras manifestações de rebeldia e mobilização das massas na América Latina.

Para o imperialismo norte-americano, nesse quadro em que a situação de insurgência tende a se generalizar na América Latina, é fundamental que os trabalhadores brasileiros sejam controlados. E, nesse sentido, o governo de Lula/PT tem se colocado decididamente para servir a estes objetivos do imperialismo. Em reconhecimento dessa colaboração, os programas sociais do governo Lula recebem verbas dos órgãos do imperialismo, pois, por meio do assistencialismo, o PT pretende amortecer a revolta popular em resposta às medidas antinacionais e antipopulares que seu governo tem levado a cabo.

No debate, a plenária teve uma participação ativa, propondo questões para aprofundar o debate sobre o caráter contra-revolucionário do reformismo petista; sobre as táticas e

estratégias da revolução no Brasil (parte da revolução mundial); sobre as lições da história do proletariado mundial (questionando o paralelo que pode ser feito entre o período pré-revolucionário na Rússia de 1905 e a recente insurreição boliviana); e buscando conhecer a história e o programa do Partido Operário Revolucionário.

Esta foi a primeira atividade política pública da CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO dentro da Universidade. Em um momento em que a reitoria usa até de força policial para reprimir o movimento estudantil, esta atividade da CORRENTE aponta para o reforçamento da autonomia da universidade, demarcando que a universidade deve ser um espaço livre para o debate político.

Interessa à CORRENTE ampliar e aprofundar o debate político na Universidade e organizar a juventude sob o programa operário de defesa da revolução e ditadura proletárias.

Esta atividade foi organizada para lançar a revista "Socialismo Científico" nº 8 - "Crítica Programática do POR à trajetória do PT" e do grupo de discussão da CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO. (Leia abaixo texto sobre o primeiro dia do grupo de discussão.)

Grupo de Discussão

As "Reformas" do PT para salvar o capitalismo

No grupo de discussão foi analisada a trajetória do PT desde de sua origem no movimento sindical até sua ascensão à presidência. Com a desintegração da aliança PFL, PSDB e PMDB que deu sustentação ao governo FHC, parte da burguesia passou a investir na campanha do PT, uma vez que este finalmente mostrou-se totalmente submetido à defesa da manutenção da ordem burguesa. A "Carta aos Brasileiros" atesta os compromissos do PT com o imperialismo. Parte fundamental deste pacto do PT com o imperialismo é o compromisso na realização das "reformas".

Antes das "reformas" do PT, este termo - reforma - tinha um significado histórico de medidas progressistas, como direito a seguridade social, direitos trabalhistas, enfim, melhorias nas condições de sobrevivência dos trabalhadores. Os revolucionários são obrigados a lutar pelas reformas, porque em torno a elas as massas oprimidas começam o seu enfrentamento ao capital e a luta pelas reformas serve aos revolucionários como ponte para explicar a necessidade de liquidar o capitalismo. O PT, no entanto, usa o termo reforma com um sentido totalmente oposto, pois suas "reformas" têm como objetivo destruir conquistas históricas dos trabalhadores.

Como o PT tem o controle dos movimentos sociais por meio das burocracias das centrais sindicais, estudantis e do movimento sem-terra, será mais fácil terminar as reformas que o governo FHC começou. Reformas estas que atendem aos interesses im-

mados no Consenso de Washington, em 1989, que indicam a desoneração do Estado com gastos sociais, o entreguismo para que se garanta, por meio do pagamento dos altos juros da dívida externa, o saque dos países atrasados pelo imperialismo.

A reforma tributária expressa choques entre as frações da burguesia, mas vai incidir com mais peso sobre a grande massa de assalariados.

A reforma da previdência destrói o direito à seguridade, abrindo espaço para o lucrativo mercado de fundos de pensões privados. Isso favorece a jogatina especulativa mantida às custas da exploração da maioria da população.

As reformas sindical e trabalhista servirão para desarmar os trabalhadores, pois a burocracia sindical será fortalecida, e como ela é submetida ao governo burguês, ela se constitui em um obstáculo na luta dos trabalhadores contra a opressão. A reforma trabalhista destruirá direitos trabalhistas, e regulamentará a situação que já existe hoje, em que as "negociações" valerão mais do que os direitos constitucionais. Essa chamada "flexibilização" aumentará o desemprego e aumentará os lucros dos capitalistas às custas da super exploração dos trabalhadores.

Em resumo, o PT no comando do Estado faz essas "reformas" para tentar salvar o capitalismo apodrecido, destruindo direitos e adequando o país às exigências do imperialismo, pois estas reformas também são uma preparação para a inserção do Brasil na ALCA.

Nesta edição:

- Extratos dos jornais Masas boliviano e argentino com formulações acerca do levante revolucionário ocorrido em setembro/outubro na Bolívia

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



As massas bolivianas amadurecem mais e mais até a revolução proletária

Não se trata simplesmente de saltos instintivos das massas, mas de sua complementação e até contradição com a marcha adiante ou o retrocesso da consciência classista do proletariado

Dois documentos

Circulam dois documentos sobre o tema e que obrigam a deixar em letras garrafais nosso pensamento a respeito.

Para um deles a Bolívia está em pé de luta integrada por três revoluções na disputa entre socialismo e barbárie.

Seu autor cita o estalinista Néstor Taiboada para respaldar sua afirmação descabida de que o POR não se atuou com uma política clara de oposição ao governo movimentista.

O que disse o P.O.R. acertadamente é que repudiava a arremetida do imperialismo norte-americano ao governo nacionalista, isso porque estava seguro que o povo era chamado a sepultar os impostores pró-capitalistas.

A política revolucionária do POR está consignada em seu programa, cujas linhas fundamentais foram ratificadas pelo processo histórico boliviano.

Os críticos do trotskismo se esquecem decididamente do partido-programa, o que é grave.

Constitui um deslize, pelo menos, esquecer que a assembléia popular foi criada pela atividade do partido trotskista (o P.O.R.), cujos documentos fundamentais os redigiu seu secretário geral. Os militantes trotskistas assinalaram oportunamente algumas limitações da assembléia popular, que não foi uma frente única operária ou sindical, e sim uma verdadeira frente antiimperialista, que é a tática que corresponde nos países capitalistas atrasados.

Ninguém ignora que a existência da assembléia popular foi estrangulada pelo golpe Cóndor.

Uma e outra vez a luta dos bolivianos e suas conquistas se viram debilitadas grandemente pelo raquitismo do internacionalismo proletário. Até agora não

se deram passos sérios para elevar os oprimidos e explorados até a construção dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Esta deficiência deve ser superada de imediato.

O outro documento mostra deficiências e erros maiores.

Seu autor parece não distinguir entre burocratas corruptos e reacionários e as massas que instintivamente se lançam à luta.

Esperava que as jornadas de outubro houvessem alcançado a vitória da revolução quando estava à cabeça a direção burocratizada, corrupta e traidora da Central Obrera Boliviana.

Esses elementos não buscam a ditadura do proletariado, estão empenhados em empurrar as massas a apoiarem um governo de natureza burguesa, mas que faça algumas concessões à burocracia e no melhor dos casos aos operários.

A lição da nossa história ensina que a verdadeira direção está no seio das massas, alimentada pela lenda, a história da já longa luta revolucionária.

As massas camponesas, valorosas e sacrificadas, foram novamente enganadas, traídas, por seus dirigentes burocratizados e sedentos de se converterem agora em milionários

Camponeses e operários, seguindo seus próprios caminhos, se uniram nas mobilizações que buscavam varrer o governo burguês laicaio do imperialismo.

Os assalariados apareceram sem direção, que estava imersa no seio do grosso das massas. Os do campo seguiram sem discutir com seus caudilhos, já famosos

por sua corrupção e por transformar em dinheiro seus vínculos com o mal houve possibilidade nem oportunidade para que os operários e os camponeses se sol-

dassem numa direção única.

Caminhos diferentes debilitaram a luta

Da luta diária dos oprimidos e explorados brotaram objetivos comuns tanto para os camponeses como para os operários.

Todos os combatentes converteram suas demandas em fúria que buscava varrer o governo de turno, que apareceu como inimigo jurado do país e de seus habitantes.

Esse objetivo único não encontrou uma resposta clara e esta se mostrou cambaleante. Ninguém sabia quem e

como seria substituído Goni, o monstruoso e maldito.

Assim, nos encontramos metidos em uma guerra cuja saída ninguém se atrevia assinalar.

A resposta correta deveria ter sido: dar um pontapé em Goni para substituí-lo pelo governo operário-camponês ou ditadura do proletariado.

Impuseram-se os burocratas corrompidos

O bobalhão e desequilibrado menino bem faz em se chamar Mesa, certamente arrumada para satisfazer o gosto dos de cima, apareceu como o substituto obrigatório de Goni.

A manobra foi idealizada e executada pelo delinquente que vem trabalhando de vice-rei - embaixador da colônia boliviana, obra dos EUA.

As organizações sindicais e os mal chamados partidos de arrivistas e famintos de dinheiro, formaram fila para proclamar que se abandonavam nos braços de Mesa, lhe davam prazos e garantias para que possa cumprir devidamente as ordens recebidas da Casa Branca de Washington e da fortaleza da Avenida Arce da Paz.

Agora iremos para a luta elaborando bem alto o objetivo da luta, ou seja, a instauração da ditadura do proletariado (governo operário-camponês).

A ditadura proletária (governo operário-camponês) é a garantia da libertação das nações nativas subjugadas

Ao longo da história, as nacionalidades nativas oscilaram entre os pólos extremos e excludentes da sociedade, a classe dominante e sua negação, em nossa época o proletariado. O marxismo ensina que a produção social determina os objetivos e limitações das classes sociais. No caso dos camponeses, é a pequena propriedade (que os nativos insistentemente buscam manter e as vezes se apropriar) a que determina a impossibilidade de terem uma política própria e independente, por isso se deslocam entre o proletariado (proprietário unicamente de sua força de trabalho) e a classe dominante. O proletariado coloca substituir a pequena propriedade pela fazenda coletiva que assegura a produção maquinizada.

É abundante e rica a experiência da aliança operário-camponesa em uma infinidade de batalhas contra os monopo-

lizadores da grande propriedade e do poder político. Entre outros, temos o caso da revolução federal, do apoio ao governo do MNR durante a promulgação da chamada reforma agrária e inclusive o pacto militar-camponês ao redor do ditador Barrientos, colocado no poder pelo Pentágono Norte-americano.

Degeneração da burocracia e dos caudilhos

Se os camponeses se aferram a sua pequena propriedade, os caudilhos e burocratas nem bem se põem em contato com os de cima, não páram até não se verem transformados em milionários, em grandes proprietários, em exploradores e opressores do povo.

Dão as costas para a revolução social e só esperam ganhar as eleições para ter

acesso ao poder político burguês.

As massas são vítimas da corrupção extrema dos altos dirigentes.

A direção do MAS (sobretudo Evo) se abraça com as direções dos partidos burgueses, com os governantes e os grandes empresários. São vulgares traidores.

A libertação camponesa será obra da revolução e ditadura proletárias, para isso têm de se emanciparem de suas direções corruptas atuais.

A libertação camponesa se dará reconquistando toda a terra usurpada e impondo a autodeterminação nacional (estruturação de aymaras, quechuas etc. em estados soberanos) ou sua federação com a ditadura do total libertação será obra da ditadura proletária (governo operário-camponês).

Extraídos do *Masas* boliviano nº 1879, de 14/11/2003

O sonho de que a constituinte convocada pelo governo burguês dê a luz a uma sociedade nova, pode se converter em realidade só se as massas consumarem a revolução social

A revolução supõe que os oprimidos e explorados destruam a grande propriedade privada dos meios de produção

(multinacionais imperialistas) para substituí-la pela propriedade social (base da política revolucionária do pro-

letariado). A sociedade nova nasce necessariamente da revolução social, pois não é produto, não pode sê-lo, das ma-

idéia de que o presidente e seus novos ministros se darão ao luxo de parir uma nova sociedade, qualitativamente diferente em relação à burguesa, na Bolívia assentada na grande propriedade privada e na opressão imperialista. Bolívia é colônia ianque por obra e vontade da burguesia do país. Para criar uma sociedade soberana e libertada do imperialismo há que começar por sepultar os politiqueiros e grandes proprietários burgueses.

Qual a constituinte mãe de uma sociedade nova?

Para onde se encaminham as nacionalidades nativas subjugadas?

Sua libertação se dará com a autodeterminação nacional e a recuperação da terra

Quando falamos das nacionalidades oprimidas, nos referimos às massas camponesas, admiráveis por sua tenacidade e tenacidade em sua luta contra os k'aras opressores e exploradores, não os dirigentes burocratizados e corrompidos das organizações sindicais e políticas. Esses elementos desprezíveis se somaram abertamente à política da burguesia e chegaram ao extremo de beijar as mãos do Rei da Espanha (isso aconteceu quando houve a cúpula de presidentes de La Paz). E estão desesperados para obter o apoio dos governantes e partidos burgueses para suas ambições pessoais, um deles sonha em ser presidente de mala e cuia, a fim de se colocar à altura (e por acaso baixa e gorda) do atual primeiro mandatário, por exemplo.

As massas, em sua luta contra o governo burguês e os capitalistas vão criando seus órgãos de poder, que são a direção nos combates contra os opressores. Trata-se de verdadeiros soviets.

Quando esses organismos acabam fazendo funcionar os cabildos abertos ou grandes reuniões, atuam como autênticos soviets.

O encontro dos órgãos de poder dos de baixo pode consagrar a constituição de uma nova sociedade e o enterro da velha e do imperialismo.

As normas que determine regerão o desenvolvimento da nova sociedade.

Delírio da burguesia

Os serviços dos Estados Unidos e os supostos politicólogos lançam a idéia de que o governo atual, o mais servil e submisso de todos os que existiram, se prepara para convocar uma constituinte, sem lançar por terra a atual constituição e sem tocar na grande propriedade privada burguesa dos meios de produção. Se as massas permitem que se dê tal postura, abrirão o caminho para serem novamente enganadas e empurradas para a superexploração e opressão.

Por que as oscilações da direita à esquerda e vice-versa das nacionalidades?

Voltamos a sustentar que se deve ao fato que não conseguem ter uma política própria frente à sustentada pela classe dominante e o proletariado, como se ratifica ao longo da história.

O que determina essa permanente oscilação da esquerda para a direita? A causa está no predomínio da pequena propriedade.

Na atualidade, as massas camponesas se radicalizam mais e mais e marcham para acabar com a ditadura da burguesia e de seu amo imperialista.

Rumo à libertação das nacionalidades

Assistimos à marcha das nacionalidades nativas oprimidas rumo à sua libertação.

Elas não querem diálogos, e sim a solução radical da sua miséria extrema e de seu subjugamento pela burguesia.

A cada dia que passa nos convencemos que as nacionalidades, sem estardalhaço, marcham para a ocupação direta da terra que lhes foi usurpada por séculos. Não querem ser marionetes dos k'aras, e sim soberanos em suas terras. Buscam reeditar seu autogoverno como libertação nacional (estados soberanos).

Extraídos do jornal *Masas* boliviano nº 1880, de 21/11/2003

Há que desmascarar a demagogia cínica da Constituinte

Falam da constituinte os politiqueiros burgueses, os empresários mesquinhos que os governos lhes ajudem a acumular fortunas, os burocratas sindicais desesperados de ver cheios seus bolsos de dólares etc. Os que combatemos e a esse conto para bobos nos dizem que curiosamente nos opomos à transformação profunda da sociedade.

Os impostores mais atrevidos saem a tagarelar com a novidade da refundação

do país. Os que acaudilham esse movimento são burgueses desesperados de amontoar fortunas

mamando as tetas do estado. É o momento de por os pontos sobre os "is" nessa farsa demagógica.

Transformar o capitalismo em comunismo

A sorte da sociedade, que se modifica integralmente ou que receba reto-

ques, depende de sua estrutura econômica, verdadeiro cimento, que define as características da superestrutura.

A ordem social imperante é burguesa-capitalista, assentada na grande propriedade

(multinacionais-imperialismo). O estado, os governos de turno, a constituição, o ordenamento jurídico, os governos de turno, os tribunais de justiça, o parlamento, a polícia, o exército etc. existem, funcionam para defender a grande pro-

priedade privada, no caso da Bolívia, sua submissão ao imperialismo, de quem é colônia.

Os reformistas respondem que tudo depende de um novo congresso que dite uma nova constituição. Essa proposta atrevida esquece de indicar que tudo de novo que se faça tem de responder à propriedade dos meios de produção imperante, que na Bolívia é a capitalista. Por isso mesmo, a constituinte, o ordenamento jurídico que dite, a

essência do governo que se instale, serão inevitavelmente reflexos da grande propriedade privada, que se complementa, que se move sob a direção do embaixador norte-americano, que cumpre as funções de vice-rei da colônia boliviana.

A constituinte se limitará a introduzir reformas na atual constituição e se ditasse outra nova seguiria sendo reflexo da necessidade de conservar a grade propriedade, isso em que pesem todos

os retoques que se lhe dêem. A constituinte sozinha não pode fazer germinar uma nova sociedade.

A Bolívia velha, colonial, deve ser substituída por outra nova. Para que isso aconteça há que se consumir a revolução social, que acabará com a grande propriedade privada. Há que substituir capitalismo por comunismo. Só depois se falará de uma sociedade e de uma constituição inéditas, novas.

Extraídos do *Masas* boliviano nº 1881, de 28/11/2003

Querem preencher a ausência da democracia pelo Defensor do povo

Na Bolívia não há nem pode haver "democracia burguesa" (Lenin disse que a mais perfeita não era mais que uma ditadura da classe dominante) e os políticos querem substituí-la pelo "defensor do povo". Uma ocorrência aos moldes dos impostores.

O legislativo, um dos poderes do Estado, foi pensado por Montesquieu, em nosso país nunca pôde satisfazer as necessidades e interesses do povo. Nem sequer modificar substancialmente o núcleo essencial do país. Esse poder estatal se transformou em um antro gerador de ociosos e famintos de dinheiro, no qual se hospedam os mais astutos da casta governante, dos caciques do campo (como Evos e Mallkus), de onde saíram e saem carregados de toneladas de bilhetes verdes e de nacionais desvalorizados, que lhes asseguram vida folgada por anos e gerações.

Os "piadistas" padres da pátria (com maiúsculas) vêm gozando de uma infirmitude de prerrogativas: dietas mensais,

gastos de representação, viagens, hotéis e roupas pagas, somando tudo ganham mais de 120.000 bolivianos. O rato menos inteligente incrementa as dietas, apesar de estarem institucionalizados os plus; mais que isso ninguém, nem uma mosca, pode incomodá-los, porque levam a etiqueta de "imunes" e estão auxiliados e encobertos pelos artigos 51 e 52 da CPE. Já é hora de que deixem esses privilégios milionários para que a Bolívia não seja mais o país dos delinquentes dolosos e dos criminosos de colarinho branco e de ponchos chiques.

Bolívia está sendo conduzida até sua desintegração por obra dos zangões do palácio legislativo, aqueles que rápida e astutamente se dividiram em dois bandos de bandidos tratando do nomeamento do publicado defensor(a) do povo.

A chacota da eleição do defensor do povo está protagonizada pela ala dereitista, conformada pelo MIR, MNR, UCS e grupos empresariais do oriente bolivi-

ano, que cinicamente e como que de brincadeira ostentam como a sua candidata a defensora uma ex-miss Bolívia. A ala pseudo esquerdista e oportunista está conformada pelo MAS, MBL, MSM e os amarelos e contrarrevolucionários do velho sistema político, em o que também está incluído Carlos Mesa, apresentada como seu candidato Waldo, que havia sido advogado, ainda que todos o conhecessem como gozador.

Entre os dois bandos não há diferenças ideológicas e políticas, porque ambos possuem uma só filosofia, a de enganar, roubar e postergar o povo; é como defender os grandes interesses da burguesia e das multinacionais; os dois são peões e peças da embaixada dos EUA, do BM, do FMI.

Qualquer que seja eleito como suposto defensor, de nada servirá para as massas despossuídas, pois esse cargo foi criado para que seja um boneco a mais a defender os interesses dos ricos.

Extraído do *Masas* boliviano nº 1882, de 05/12/2003

As tarefas nacionais, a questão do armamento e a independência de classe

Durante o levante nacional de setembro-outubro na Bolívia, algumas organizações de esquerda da Argentina e principalmente o PTS criticaram o POR boliviano, e assim o fizeram também durante a greve policial de fevereiro. Isso pelo fato do POR propagandizar a existência de uma corrente marxista dentro

das forças armadas.

O PTS considera que essa corrente não deve realizar nenhum trabalho ou que só deve fazê-lo durante as situações de guerra ou revolução e que a posição do POR é revisionista.

Trotsky dizia sobre o tema: "a luta pelo exército é sem dúvida a parte mais im-

portante da luta pelo poder. Todo partido verdadeiramente proletário tem o dever revolucionário de trabalhar persistentemente e abnegadamente entre os soldados (...) o programa agrário do partido e em geral o sistema de consignas transitórias, que toca os interesses fundamentais das massas pequeno burguesas, e abre diante destas uma perspec-

liva de salvação, possui uma importância enorme para o trabalho no exército nos países que têm uma considerável população camponesa" (1)

Na Bolívia, a população camponesa é numericamente muito superior à operária. Todo partido revolucionário, para fazer valer o peso político da classe operária, tem de levantar o programa agrário e colocar as tarefas nacionais necessárias para ganhar as massas camponesas para sua estratégia. As tropas são principalmente de origem camponesa.

O PTS e outras organizações de esquerda em nenhum momento levantaram o programa agrário, não digamos para se ganhar as tropas, já que não o consideraram necessário, mas para se ganhar os camponeses.

O POR boliviano levantou como bandeira a defesa dos cultivos de coca e a livre industrialização da mesma, e terra para os camponeses, como tema agrário fundamental. Os críticos levantam como tarefa nacional, colocada para a realidade boliviana, a realização da assembleia constituinte.

Agora, bem, os críticos nos perguntam, por que esses setores politizados das forças armadas não mudaram de lado quando lhes ordenaram reprimir? Parece-nos oportuno assinalar que houve policiais presos por não quererem reprimir e comunicados da suboficialidade de não sustentar Goni. Mas vejamos o que dizia o velho revolucionário que sobre a questão militar, sobre a qual tinha bastante autoridade:

"... Seria pueril, todavia, acreditar que a propaganda basta para ganhar o conjunto do exército para o lado proletário e assim fazer em linhas gerais desnecessária a revolução. O exército é heterogêneo e seus elementos heterogêneos se encontram atados com a férrea cadeia da disciplina. A propaganda pode criar células revolucionárias no exército e suscitar a simpatia dos soldados mais progressistas. A propaganda e a agitação não podem fazer mais que isso (...) - aqui está o porquê não mudaram de lado de conjunto. - os que se negaram a reprimir foram presos:-

"(...) o setor decisivo do exército mudará para o lado do proletariado na época da revolução, sempre que o proletariado tenha demonstrado ao exército na ação que está disposto e é capaz de lutar pelo poder até a úl-

tima gota de sangue. Semelhante luta pressupõe necessariamente o armamento do proletariado" (2)

Vejamos como:

Como já dissemos e como indicam as citações, o elemento espontâneo, pensando que as tropas mudam de lado exclusivamente pela situação revolucionária, é pueril. É necessário o trabalho prévio dentro das forças armadas, tanto programático como organizativo. Mas só isso não é suficiente, as massas têm de apontar para:

1) A luta pelo poder. O POR nunca deixou de dizer que as tarefas nacionais serão levadas a cabo pelas organizações operárias e camponesas no poder (ditadura do proletariado) ao mesmo tempo em que apontou para o desenvolvimento das organizações de massas (cabildos, ayllus etc). O PTS reivindica para a Bolívia uma assembleia constituinte revolucionária (ACR), buscando um caminho intermediário já que não esclarece se a ACR se converterá na ditadura do proletariado ou se a ACR vai ser convocada pela ditadura do proletariado. Não é preciso dizer que não formava parte das preocupações das massas resolver o ordenamento constitucional do país.

2) Para a luta pelo poder, é necessário o armamento do proletariado: a ditadura do proletariado é o governo das organizações de operários e camponeses armados. Os detonadores e as dinamites são indispensáveis para organizar as milícias e para iniciar a quebra da disciplina militar, mas é só o começo, os operários necessitam melhores e mais armas. Não colocar o tema do armamento é confundir as massas com as vias pacíficas para o socialismo. Onde estão as armas?

"(...) Entre outras fontes, os operários podem se armar às custas dos fascistas. Desarmando-os sistematicamente. Atualmente, essa é uma das formas mais sérias da luta contra o fascismo. Quando os arsenais operários começarem a se encher às custas dos depósitos fascistas, os bancos e os trusts se farão mais prudentes no financiamento do armamento de suas guardas assassinas (...) (3)

Na Bolívia, no momento, não existem bandos de fascistas armados. Mas os arsenais se encontram nos quartéis. A tomada dos ditos arsenais se conseguirá com a ação direta das massas que colo-

quem em cheque os setores mais repressivos e com a oficialidade e as tropas simpatizantes que, aproveitando a ruptura da disciplina, abram os quartéis para que as massas se apoderem dos arsenais. Isso provocará uma terrível crise no estado burguês. Já que suas armas e parte de seu braço armado foram parar no lado contrário.

Os críticos do POR não falam disso, mas querem criar um movimento político dos trabalhadores (MPT = PT de Lula). Esse MPT é promovido como um movimento independente da burocracia, sendo a grande diferença com a burocracia a democracia interna dentro do movimento (4).

A burocracia são agentes dependentes do estado burguês, a organização independente do estado burguês é aquela que em toda sua política aspira destruir o estado burguês e instaurar a ditadura do proletariado (5).

Na Bolívia, já existem organizações de massas onde se aplicam princípios de democracia direta (cabildos e ayllus) e o POR intervém nelas com a política de destruir o estado burguês e que essas organizações tomem o poder, ajudando o seu desenvolvimento organizativo e colocando a questão militar proletária.

Pensar em constituintes ou em futuras eleições, ou seja, colocar um movimento independente dentro dos limites dependentes da legalidade burguesa, é criar maior confusão entre as massas.

1) "A guerra e a Quarta Internacional", julho de 1934, em Trotsky, León. Contra o Terrorismo. ed. Pluma. Buenos Aires, 1975, pp 52-53.

2) ob. cit. p. 53.

3) "A milícia operária" em Para onde vai a França? em ob. cit. pp. 65-66.

4) Em seu livro, 1984 Escola de quadros na Argentina, N. Moreno chega a dizer que a diferença entre estalinismo e trotskismo e que o último é mais democrático que o primeiro. O PTS parece não esquecer suas raízes morenistas.

5) Recomenda-se ler: "Os sindicatos na época de decadência imperialista", em Trotsky León, Escritos Latinoamericanos. Editados pelo Ceip León Trotsky. Aqui fala sobre os que se opõem a intervir nas organizações de massas e sobre as organizações independentes do Estado burguês.

Extraído do Masas argentino 179